

Brasil cai 10 posições em lista de percepção da corrupção em 2023

Pais ficou em 104º lugar no ranking da Transparência Internacional; entidade avaliou 180 nações ano passado

Renan Marra

SÃO PAULO O Brasil caiu dez posições e ficou em 104º lugar entre 180 países no ranking IPC (Índice de Percepção da Corrupção) de 2023, divulgado pela ONG Transparência Internacional nesta terça-feira (30). Em escala global, o levantamento aponta um enfraquecimento do sistema judiciário e do Estado de Direito.

Enquanto a média mundial se manteve estagnada em 43 pontos pelo 12º ano consecutivo — o índice vai de 0, que caracteriza o cenário mais corrupto, a 100, para o mais íntegro —, a pontuação brasileira passou de 38 para 36 pontos no primeiro ano do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Trata-se da pior queda registrada pelo Brasil desde 2017, quando o país perdeu 17 posições no ranking em relação a 2016 (foi do 79º para o 96º lugar). É, ainda, a pior posição no ranking desde 2019, quando a nação aparecia na 104ª posição.

De acordo com o relatório, a responsabilidade pelo desmonte de marcos institucionais contra a corrupção que levaram décadas para ser erigidos e a gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022). Ao mesmo tempo, entretanto, o governo Lula vem falhando na reconstrução de mecanismos similares.

“Tivemos uma série de retrocessos nos últimos anos e agora estamos testemunhando a dificuldade do processo de reconstrução das instituições”, explica Guilherme France, gerente do centro de conhecimento anticorrupção da Transparência Internacional.

“A lição que fica é que o processo de degradação das instituições que compõem o Estado democrático de Direito pode acontecer de forma bastante rápida, mas o de reconstrução é demorado e demanda envolvimento de todos os atores da sociedade”, acrescenta ele.

Os fatores negativos que contribuíram para o resultado envolvem os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O relatório lista entre os pontos negativos do governo Lula a indicação de Cristiano Zanin, amigo pessoal do presidente, ao STF (Supremo Tribunal Federal), a manutenção, ainda que com uso limitado, das chamadas emendas do relator; e o aumento do fundo eleitoral para as eleições de 2024.

Embora o Brasil tenha caído dessas posições no ranking, o estudo também menciona alguns eventos que facilitam o combate à corrupção ocorridos no Brasil no ano passado. São exemplos as indicações para postos-chave na Polícia Federal baseada em competências técnicas e a aprovação da reforma tributária, cuja simplificação pode facilitar práticas corruptas.

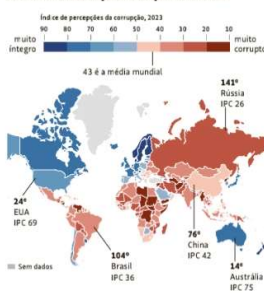
O país, contudo, ainda figura abaixo da média global (43 pontos), das Américas (43 pontos) e dos Estados da OCDE, o clube dos países ricos (66 pontos), no ranking.

A pontuação também se encontra abaixo da média de 48 pontos do grupo das nações classificadas como “países em desenvolvimento”, que têm eleições livres e respeitam liberdades civis e empresariais, mas podem ter problemas como, por exemplo, violações da liberdade de imprensa.

O Índice de Percepção da

Percepção da corrupção no mundo fica estagnada em 2023

Número de países que tiveram piora no índice na última década supera o dos que melhoraram



Ranking de 2023

IPC em relação a 2022	Subiu	Mantive	Desceu
1º	Dinamarca	90	170*
2º	Finlândia	87	170*
3º	Nova Zelândia	85	172*
4º	Noruega	84	171
5º	Singapura	83	171
6º	Suíça	82	171
7º	Suécia	82	176*
8º	Holanda	79	177*
9º	Luxemburgo	78	177*
10º	Alemanha	78	177*
11º	Líbia	18	18
12º	Turcomenistão	17	17
13º	Guiné Equatorial	17	17
14º	Haiti	17	17
15º	Coreia do Norte	17	17
16º	Nicarágua	17	17
17º	Iêmen	16	16
18º	Sudão do Sul	13	13
19º	Síria	13	13
20º	Venezuela	11	11
21º	Somália	11	11

Fonte: Índice de percepção da corrupção da Transparência Internacional

CGU diz que índice deve ser visto com cautela

Após a divulgação do ranking IPC (Índice de Percepção da Corrupção) a CGU (Controladoria-Geral da União) afirmou em nota de imprensa que o índice deve ser visto com cautela. Segundo a entidade, os resultados de levantamentos do tipo devem ser vistos com cautela. De acordo com a CGU, estudos internacionais que buscam medir todos os aspectos da corrupção, apontam que o índice deve ser visto com cautela.

le sobre os outros Poderes do governo, alerta o relatório.

“A falta de independência judicial prejudica o Estado de Direito, promove a corrupção e leva à impunidade dos corruptos e poderosos”, afirma um trecho do texto.

Um exemplo é a Guatemala (23 pontos), país que registrou diminuição de dez pontos no IPC desde 2012. A queda é atribuída a três administrações sucessivas alinhadas com práticas corruptas, de acordo com a avaliação do relatório.

A partir dessa avaliação, o presidente recém-empossado, Bernardo Arévalo, teria o desafio de desmantelar as redes de corrupção que se infiltraram no país para restaurar funções essenciais das instituições.

Apenas dois países das Américas, Guiana (40 pontos) e República Dominicana (35), melhoraram o desempenho no IPC na última década, enquanto os outros ficaram estagnados ou tiveram suas pontuações diminuídas.

O Canadá (76) e o Uruguai (73), com controles anticorrupção mais robustos, estão no topo da classificação regional. Venezuela (11), Haiti (17) e Nicarágua (17) têm as pontuações mais baixas, caracterizadas por impunidade generalizada e falta de independência do Judiciário, segundo o relatório. A ditadura venezuelana, que ocupa o 177º lugar no ranking, em empate com Síria e Sudão do Sul, está na prática à frente de só um país dos 180, a Somália.

O Chile (66 pontos) é destacado pelo IPC, devido às “sólidas instituições democráticas e altos níveis de transparência”. No entanto, o país registrou queda na pontuação desde 2014. No ano, a nação se encontra em um momento crucial, diz o relatório, com potencial para combater a corrupção e cobrir o crime organizado caso coloque em vigor as recomendações fornecidas pela Comissão Consultiva de Probidade e Transparência.

Os Estados Unidos, que têm eleições neste ano, aparecem em 24º lugar, com 80 pontos, na frente da média global. Seus rivais China (42 pontos), em 79º lugar, e Rússia (38 pontos), em 141º lugar, aparecem bem atrás. A Dinamarca (92 pontos) lidera o ranking pela sexta vez consecutiva.

ONG anti-corrupção critica Lula pelas indicações de Zanin, Dino e Gonet

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO A Transparência Internacional divulgou nesta terça-feira (30) documento que critica a nomeação de Cristiano Zanin e Flávio Dino para o STF (Supremo Tribunal Federal), além de fazer ressalvas à nomeação de Paulo Gonet para a PGR (Procuradoria-Geral da República), uma vez que Gonet não foi escolhido respeitando a lista tríplice da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República).

De acordo com a instituição, há no governo Lula uma negligência no “resgate da autonomia do sistema de Justiça”. O relatório afirma que a escolha de um advogado particular de Lula para o Supremo (em referência à nomeação de Cristiano Zanin, feita em julho de 2023) e contrária à autonomia do Judiciário e “causou espanto e decepção em sua base de apoio”.

A nomeação de Flávio Dino também foi criticada por uma parte da sociedade, segundo o documento, dessa vez pelo “perfil político” e por uma “postura excessivamente politizada”. O relatório cita também o desequilíbrio de gênero acrescentado no Supremo considerando as indicações de Lula.

A instituição também aponta a prática de “Judiciário de colarinho”, com o novo procurador-geral, Paulo Gonet, escolhido a partir de negociações políticas que envolveram os membros do STF. Gonet foi nomeado em dezembro.

A Transparência Internacional afirma defender a escolha a partir da lista tríplice da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), fato que não ocorreu na escolha de Gonet.

O texto ainda critica relações impróprias entre magistrados, políticos e empresários e a falta de transparência da participação de juízes em eventos patrocinados, além de citar ações como a do ministro Dias Toffi, que decidiu de maneira manocrática e “com fortes evidências de conflito de interesses e com heterodoxias processuais” em casos de corrupção.

“No intervalo de pouco mais de dois meses, o [Dias Toffi] anulou duas as provas de acordo de leniência da Odebrecht (restruturação do ‘Novo nor’) e suspendeu multa de mais de R\$ 10 bilhões aplicada ao grupo [da Odebrecht]”, aponta o texto.

Segundo o texto, a ambiguidade em relação ao combate à corrupção marca o primeiro



Paulo Gonet e Flávio Dino no dia da sabatina no Senado Federal. Cadê o Bô - 31 de Jan 23 / Folhapress

ano do governo Lula, que falha na restauração dos mecanismos de controle. O documento ressalta, entretanto, que a gestão Bolsonaro foi a grande responsável por piorar o quadro de corrupção no Brasil.

“Os anos de Jair Bolsonaro

na Presidência da República deixaram a lição de controle em poucos anos, podem ser destruídos os marcos legais e institucionais anteriores a que o país levou décadas para construir”, aponta o relatório.

A instituição afirma que o governo Bolsonaro era “dedi-

cado intensamente à neutralização” de pilares judiciais, políticos e sociais de controle da corrupção, com o objetivo de proteger familiares e aliados, um processo de impeachment por seus “incontáveis crimes de responsabilidade”. A publicação se deu no dia

em que o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos RJ) foi à PF para depor a respeito de uma postagem feita no ano passado nas redes sociais sobre a PF. Um dia antes, ele foi alvo de mandados de busca e apreensão em apuração que investiga o recebimento ilegal de material da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) para benefício próprio.

A PF também apura se outros dois filhos de Bolsonaro, o senador Flávio e Jair Renan, foram beneficiados pela agência durante a gestão do pai.

O relatório cita “o desmanche do pilar de controle jurídico” e a perda de independência de sistemas de controle como a PGR, PF (Polícia Federal), CGU (Controladoria-Geral da República) e a própria Abin, além de outras instituições, durante o governo Bolsonaro.

“A peça central do desmonte, e com consequências mais graves e duradouras, foi a nomeação do Procurador-Geral da República, Augusto Aras, que não apenas desarticulou o enfrentamento à macrocorrupção, mas foi também responsável por uma retração histórica nas funções de controle constitucional dos atos do governo”, afirma a instituição.

Também são citados o “regime de segredo”, identificado como “macro esquema de corrupção institucionalizada”, a drástica redução da transparência no governo Bolsonaro e a disseminação de fake news e discurso de ódio.